

DECRETO Nº 344/2023, DE 23 DE MARÇO DE 2023.

PRORROGADO PRAZO DE INCENTIVOS À EMPRESA VULCABRAS AZALEIA – CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A, INSCRITA NO CNPJ SOB № 00.954.394/0001-17, NA FORMA QUE INDICA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE HORIZONTE, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 83, VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.279, de 15 de março de 2019, que concede incentivos dos tributos municipais por tempo determinado;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela empresa **VULCABRAS AZALEIA – CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A**, para solicitar a prorrogação dos benefícios concedidos no Decreto Municipal nº 033/2019, com consequente prorrogação do prazo de isenção por mais 05 (cinco) ano, contados a partir do ano de 2023;

CONSIDERANDO que a empresa continua mantendo seu parque fabril ativo no município, com a geração de empregos e os diversos programas que contribui com as melhorias para a cidade de Horizonte/CE;

DECRETA:

- Art. 1° Fica prorrogado a empresa VULCABRAS AZALEIA CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A, portadora do CNPJ/MF n° 00.954.394/0001-17, estabelecida na Av. Presidente Castelo Branco, n° 6847, em Horizonte CE, os seguintes incentivos:
- I 100% do pagamento do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana IPTU, incidente sobre o imóvel de sua unidade;
- **Art. 2º** No período de duração dos benefícios fiscais concedidos, os beneficiários deverão manter todas as condições constantes, na Lei Municipal nº 1.279, de 15 de março de 2019.
- Art. 3º Os benefícios previstos neste decreto não serão suspensos ou suprimidos em decorrência de autuações, lançamentos, procedimentos fiscalizatórios iniciados pelo Município, bem como todo e qualquer recurso, impugnação, defesa, medida judicial ou qualquer outro meio em que a empresa VULCABRAS AZALEIA CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A discuta créditos tributários, enquanto não houver decisão final irrecorrível contrária à empresa.
- **Art. 4°** O disposto neste decreto não exclui a atribuição legal da condição de responsável pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias.
- Art. 5º Os benefícios previstos neste Decreto são aplicáveis até o dia 31 de dezembro de 2028.





Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA DE HORIZONTE, 23 de março de 2023.

Nanoel Gomes de Parias Neto

PREFEITO DE HORIZONTE



